

Maria Raquel Freire
Coordenação

Política Externa

As Relações Internacionais em Mudança



• COIMBRA 2011

CAPÍTULO 10

JAPÃO

Este capítulo traça as principais linhas de política externa do Japão, procurando delinear as principais áreas de actuação e de decisão, essencialmente a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, procurando contribuir para uma compreensão das dinâmicas japonesas de política externa enquanto actor no sistema internacional. Serão analisadas as principais vertentes do seu posicionamento, de acordo com um alinhamento histórico e cronológico para a compreensão da evolução de políticas nessas mesmas vertentes.

A política externa do Japão: actores e dinâmicas

O Japão tem sido genericamente retratado como um Estado reactivo, passivo na sua política de segurança, vivendo sob o guarda-chuva securitário dos Estados Unidos da América (EUA), devido às restrições associadas ao artigo 9º da sua Constituição, que procura apaziguar os vizinhos asiáticos por causa das lembranças da sua agressão imperialista na altura da Segunda Grande guerra (Hughes et al., 2007). De facto, após a Segunda Guerra Mundial, o país inicia uma postura internacional completamente diferente da que havia seguido até 1941. Como potência derrotada e ocupada, adopta um posicionamento internacional centrado numa imagem pacifista e num país preocupado em reconstruir-se social e economicamente, tornando-se rapidamente numa das maiores economias mundiais.

A sua aposta num reposicionamento de *low profile* e centrado ao nível das *low politics* (economia, saúde, etc.) não foi, no entanto, acompanhada ao longo da segunda metade do século xx pela reformulação da sua posição enquanto actor político e militar proeminente, permanecendo como um actor secundário a estes níveis, não só pelas limitações presentes na sua Constituição e pelos grandes princípios definidos por Yoshida Shigeru (pacifismo e reconstrução económica) e por Nobosuke Kishi (princípios anti-nucleares), mas também pela própria vontade da sua população, mais preocupada com a recuperação económica do que com o reforço da imagem político-militar do seu país no sistema internacional.

Além disso, outras das razões que levaram o país a manter este posicionamento advêm das próprias pressões regionais, onde muitos países (como por exemplo, a China ou a Coreia) continuam a demonstrar a sua cautela quanto a qualquer ressurgimento nipónico, depois de terem sido alvo do expansionismo do Japão em diversos momentos. Qualquer tentativa para mudança desta postura tem sido, de facto, vista com grande desconfiança e, mesmo numa região onde a China surge como uma potência de grande relevância, o Japão continua a ser considerado com preocupação. Destas características advém a postura nipónica de um relativo alheamento face à conjuntura asiática, não só em termos político-militares, mas também ao nível da cooperação regional (postura que só apenas nos últimos anos se tem vindo a alterar, como analisaremos adiante).

Assim, perante estas condicionantes, a política externa do Japão revela algumas constantes que influenciaram todo o período após a Segunda Guerra Mundial: a renúncia à guerra e a postura anti-nuclear; a doutrina Yoshida e o desenvolvimento de uma postura de *low profile* no sistema internacional; a aposta no desenvolvimento económico/tecnológico e a participação em acções de *peacekeeping* e humanitárias, como alicerces para a sua consolidação enquanto potência asiática e mundial; e a relação privilegiada com os EUA.

Perante estas constantes, aliadas a fragilidades endémicas, verificadas e comprovadas pelas recentes crises financeiras (finais da década de 1990 e início do século XXI), e à própria mudança do sistema internacional, identificam-se alguns desafios aos quais o Japão terá de responder, se